



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2017

Ata da 2ª Reunião de Análise da Estratégia 2017 realizada no dia 15 de setembro de 2017, às 10 horas, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sob a organização da Coordenadoria de Gestão Estratégica.

1. PARTICIPANTES

Lista de participantes anexa.

2. PROGRAMAÇÃO

- Planejamento Estratégico TRT6 2015-2020
- Portfólio Projetos Estratégicos TRT6 2015-2020
- TRT6 em Números
- Planejamento Estratégico de TIC

3. APRESENTAÇÃO / DISCUSSÃO DA PAUTA

Assunto:
ABERTURA DA REUNIÃO

Responsável:
**Desembargador Presidente
Ivan de Souza Valença Alves**

O Desembargador Presidente, Ivan de Souza Valença Alves, iniciou a Reunião com cordiais e habituais cumprimentos, citando a presença da Desembargadora Maria das Graças de Arruda França, do Juiz Auxiliar da Corregedoria Gilvanildo de Araújo Lima e da Procuradora-Chefe em exercício da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, Lívia Viana de Arruda.

Afirma que se apraz em poder ter participado deste plano estratégico em vigência, da elaboração até este momento da execução. Salientou que está em vias de iniciação da construção do Fórum de Goiana, demonstrando que a boa administração não prescinde da solução de continuidade, pois tal resultado foi planejado no mandato do Presidente Ivanildo da Cunha Andrade (2013-2014).

Ressaltou um fato importante no atual contexto que é a qualidade e eficientização dos gastos do Regional. Em 2016, ano de cortes orçamentários, foi necessário se ajustar e se reinventar, obtendo o Tribunal o melhor resultado possível, o que se pode comprovar



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

no Relatório Justiça em Números de 2016. O ano de 2017 será o caminho da recuperação, e é com esse pensamento que avaliará os resultados que a Reunião de Avaliação da Estratégia demonstrará.

Assunto:
**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TRT6
2015-2020**

Responsável:
Elisabete Duarte de Sousa Alves
Coordenadora de Gestão Estratégica
Luiz Eduardo Moura de Oliveira
Chefe da Seção de Acompanhamento
e Controle Estatístico

Iniciando a Reunião de Avaliação da Estratégia, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, informou que a reunião tem como objetivo avaliar o desempenho do Tribunal nos seus objetivos estratégicos, possibilitando a definição de estratégias para o aprimoramento do TRT6.

Em seguida, ressaltou que, nesta Reunião, serão apresentados os dados referentes ao período de janeiro a julho de 2017.

Destacou que o Planejamento estratégico do TRT6, após a revisão técnica em 2017, com a inclusão de 4 novos indicadores, passou a contar com 16 indicadores: Índice de Processos Antigos (IPA), Índice de Ações Coletivas Julgadas no 1º e 2º grau (IACJ1 e IACJ2) e índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigante (IRA), estes indicadores já eram acompanhados no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e se referem a Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Os resultados dos indicadores são classificados por faixa de cumprimento, e de acordo com decisão do Comitê Gestor Estratégicos da Justiça do Trabalho, foi incluída uma nova faixa de farol de cor laranja, ficando assim definidas as faixas: verde (resultado maior ou igual a 100%), amarelo (resultado entre $\geq 90\%$ e abaixo de 100%), laranja (resultado entre $\geq 80\%$ e abaixo de 90%) e vermelho (menor que 80%).

Em seguida, foi apresentado o acompanhamento dos resultados do Planejamento Estratégico, referente ao período de janeiro a julho de 2017.

A meta "Manter em 90% ou mais o índice de divulgação positiva na mídia" tem como responsável pelas ações e apuração o Núcleo de Comunicação Social, sendo medido pelo indicador Índice de Divulgação na Mídia – IDM.

O Tribunal vem alcançado bons resultados nesse indicador. Em 2015 e 2016, a meta foi atingida e em 2017, os resultados apurados mensalmente vêm se mantendo sempre acima da meta definida.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Ressaltou que, em 2017, foram iniciadas algumas novas ações, tais como: divulgação de julgados das Turmas do Regional, de outros Tribunais, do TST e do Supremo, e a utilização da ferramenta *Twitter*, que também contribuíram para o bom desempenho do indicador.

A meta "Aumentar para 65% o índice de avaliações positivas do Clima Organizacional, até 2020" tem a Secretaria de Gestão de Pessoas como unidade responsável pelas ações e apuração, medida pelo indicador Índice de Clima Organizacional - ICO.

Esse indicador não foi apurado nem em 2015, nem em 2016, por decisão do Tribunal, em razão de situações atípicas que o Tribunal passava nessas épocas.

Em 2015, a transferência das Varas do Recife do edifício Sudene e em 2016, o corte orçamentário sofrido pela Justiça do Trabalho que impôs ao Tribunal a necessidade de adoção de várias medidas de restrição.

Para 2017, a realização da Pesquisa de Clima Organizacional já foi autorizada pela Presidência deste Regional. O Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal já realizou pesquisa de preço e elaborou o Termo de Referência para contratação de empresa para a aplicação da referida pesquisa.

A meta "Aumentar o índice de Execução do Orçamento disponibilizado em relação à média do Triênio 2011-2013" tem como objetivo aperfeiçoar o planejamento da gestão orçamentária dos Tribunais, tendo a Secretaria de Orçamento e Finança como unidade responsável pelas ações e apuração do indicador: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado - IEOD.

O TRT6 obteve a média de 61,93% no triênio 2011-2013, tendo como meta aumentar 10 pontos percentuais, até 2020. Para 2017, tem como meta aumentar em 4 pontos percentuais, atingir, assim, o índice de 65,93%.

A meta executada por este Regional, até o mês de julho de 2017, atingiu o percentual de 32,18%, ficando abaixo do desempenho estabelecido de 38,46%, ficando próximo da média da Justiça do Trabalho (32,25%).

O desempenho abaixo da meta ocorreu em razão da inexecução do orçamento disponibilizado, destinado aos projetos, contemplando as construções de fóruns e varas trabalhistas, bem como, a falta de aquisição de materiais permanentes. No entanto, a perspectiva é de que no segundo semestre, haja melhora no desempenho desta meta.

Em seguida, foi informado que quanto aos indicadores de Governança (iGov/iGovPessoas/iGovTI) para seus acompanhamentos são utilizados os Levantamentos de Governança realizados pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Estes indicadores têm como objetivo promover a melhoria nas áreas de governança e gestão, identificando os pontos críticos e induzindo a melhorias.

18



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Referente à meta: Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas (Indicador iGovPessoas), foi informado que o 1º Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas foi aplicado pelo TCU, no ano de 2013. O resultado obtido, Neste Levantamento, foi utilizado como valor base para a análise da evolução dos Tribunais durante a execução do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho. Há época, dezoito TRTs encontravam-se na faixa inicial e seis na intermediária.

Destaca-se que o enquadramento dos Regionais considerou a classificação dos três estágios de capacidade definidos pelo TCU para o iGovPessoas: Inicial (0% a 39,99%), Intermediário (40% a 70%) e Aprimorado (70,01% a 100%).

O 2º Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas foi aplicado no primeiro semestre de 2016. Neste Levantamento, o intervalo correspondente à faixa inicial foi subdividido em dois: Inexistente (0% a 19,99%) e Inicial (20% a 39,99%). Dessa forma, a nova classificação adotada pelo TCU divide o nível de capacidade em quatro intervalos.

Em 2013, no 1º Levantamento, o TRT6 obteve o índice de 23,05% se enquadrando na faixa Inicial. Em 2016, no 2º Levantamento, o TRT6 evoluiu no índice atingindo o resultado de 36,23%, no entanto, se manteve no estágio inicial. Como a meta para 2016 era atingir a faixa inicial, a meta foi cumprida.

Destaca-se na busca para o alcance desta meta, a execução do Programa Estratégico FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA EM GESTÃO DE PESSOAS, sob a gestão da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Quanto à meta: Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovTI (Indicador iGovTI), prevê a evolução dos Tribunais nos níveis de capacidade de acordo com o intervalo das pontuações definido pelo TCU: Inicial ($0\% \leq iGovTI < 30\%$), Básico ($30\% \leq iGovTI < 50\%$), Intermediário ($50\% \leq iGovTI < 70\%$) e Aprimorado ($70\% \leq iGovTI \leq 100\%$).

No levantamento de Governança aplicado em 2014, o TRT6 obteve a pontuação de 0,49, enquadrando-se no nível Básico. No Levantamento, realizado em 2016, o Tribunal obteve a pontuação 0,70, enquadrando-se no nível Aprimorado.

Assim, o TRT6 recebeu pelo Conselho da Justiça do Trabalho – CSJT o destaque referente a este indicador pela evolução do nível de capacidade Básico para Intermediário.

No panorama geral, observa-se que a Justiça do Trabalho apresentou progresso em relação à governança de TI. Não existindo mais nenhum tribunal no nível Inicial, 6 Tribunais no nível Básico, 15 no nível Intermediário e 3 Tribunais classificados no nível Aprimorado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

Destaca-se na busca para o alcance desta meta, a execução do Programa Estratégico IMPLANTAÇÃO DE GOVERNANÇA DE TI, sob a gestão da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Para a meta "Aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada" (indicador iGov), o percentual de aumento foi dividido por faixa de enquadramento do levantamento. O TRT6 se enquadrou na meta: Aumentar 15 pontos percentuais para aqueles TRTs que se enquadrem na faixa "inicial".

O TCU divide o nível de capacidade em três faixas Inicial (0% a 39,99%), Intermediário (40% a 69,99%) e Aprimorado (70% a 100%).

No último levantamento de Governança institucional, realizado pelo TCU, o TRT6 obteve o resultado de 26% no Índice Geral de Governança Simplificado, enquadrando-se no nível Inicial, obtendo os seguintes resultados por mecanismos: Liderança 8% (Inicial), Estratégia (Intermediário) e Controle 37% (Inicial).

Este ano, o TCU encaminhou aos Tribunais o novo questionário do Levantamento de Governança. Para fins de mensuração da meta, é necessário aguardar a divulgação dos resultados.

O Levantamento de 2017 apresentou algumas alterações passando a ser unificado, chamado: Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública.

A fim de possibilitar uma análise mais ampla, em virtude da governança estar em todas as áreas, o TCU reuniu os temas abordados nos levantamentos em um único questionário (Liderança, Estratégia, *Accountability*, Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão de Contratações e Resultados Finalísticos).

Os índices continuarão tendo resultados apurados isoladamente, seguindo os mesmos critérios de avaliação. O TCU também prevê a aplicação do questionário anualmente.

O CSJT também apresentou alteração na Meta para o iGov, em razão da discrepância verificada na forma de apuração em relação as outras metas dos indicadores de governança. A meta para o iGov considerava o aumento em valores absolutos enquanto que as metas para o iGovTi e o iGovPessoas, consideram o nível de capacidade.

Assim, por considerar que a importância do Índice de Governança é que as organizações apresentem melhorias para a governança e a gestão, foi proposta a alteração da meta para: atingir o nível de capacidade aprimorado, até 2020, na avaliação iGov (2018-Inicial, 2019-Intermediário e 2020-Aprimorado).

Destaca-se na busca do alcance desta meta, a execução do Programa Estratégico APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL, sob a gestão da Diretoria Geral.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

O Índice de Alcance das Metas-IAM avalia o grau de cumprimento das metas da Justiça do Trabalho constantes em seu Plano Estratégico, atribuindo como satisfatório o percentual de pelo menos 80% da pontuação máxima.

Para esta análise, foi considerada a pontuação máxima de 75, sendo a meta 60 pontos (80%). A meta para 2017 ainda desconsidera a pontuação do iGov, pois o levantamento está em fase de aplicação.

Para o cálculo do IAM são atribuídos pesos diferentes às Metas. Atribuindo o maior peso às metas relacionadas à entrega da prestação jurisdicional.

Até julho de 2017, o TRT6 obteve a pontuação de 53 pontos, abaixo da Meta (60 pontos), mas acima da média nacional (49 pontos).

Dando continuidade à apresentação, o Chefe da Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico, Luiz Eduardo Oliveira, apresentou o desempenho do TRT6 referente às Metas do Planejamento Estratégico em 2017, relacionadas à atividade fim no nosso Regional, e atualizadas até 31/07/2017,

Após a revisão técnica de 2017 o Planejamento Estratégico do TRT6 passou a contemplar 09 (nove) indicadores focados na atividade fim e acompanhados pelo Núcleo de Estatística, são eles: IE - Índice de Execução, ICONc - Índice de Conciliação-Fase de Conhecimento, IPA - Índice de Processos Antigos, TMDP2 - Tempo Médio de Duração do Processo na 2ª Instância, TMDP1c - Tempo Médio de Duração do Processo na Fase de Conhecimento - 1º grau, IPJ - Índice de Processos Julgados, IACJ1 - Índice de Ações Coletivas Julgadas no 1º Grau, IACJ2 - Índice de Ações Coletivas Julgadas no 2º Grau e o IRA - Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes.

Todos têm acompanhamento mensal e seus parâmetros são coletados no sistema e-Gestão e posteriormente alimentados no sistema de gerenciamento Sigest, do CSJT.

O IE- Índice de Execução acompanha a meta que visa aumentar a efetividade nos resultados da prestação jurisdicional dentro da perspectiva Sociedade do nosso plano estratégico, tendo atingido um percentual de cumprimento de 97,41%. Acompanhando o bom desempenho do TRT6 na fase de conhecimento, avaliado pelo IPJ, o IE demonstra a evolução de desempenho do nosso Regional, também, na fase de execução.

O ICONc - Índice de Conciliação-Fase de Conhecimento que verifica a utilização da conciliação na resolução dos conflitos impactando em objetivo da atuação institucional dentro da perspectiva Processos Internos, obteve um índice de 48,58% no período avaliado. Embora considerando um bom desempenho para o nosso Regional, o índice está abaixo da meta estabelecida para 2017 que é de 52,58%. Observou-se que as ações institucionais implantadas para fomentar esse indicador, como as semanas de conciliações, não foram suficientes para refletir o aumento do índice, que muito provavelmente pode ter sido afetado pela atual crise econômica, que implica na falta de



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

liquidez do setor privado, parte reclamada, inviabilizando a conclusão do litígio por via conciliatória. Ainda dentro dessa análise percebemos que o nosso Regional ficou dentro da média entre a maioria dos Regionais do país e que apenas 04(quatro) cumpriram totalmente a Meta estabelecida até o momento.

O TMDP2 - Tempo Médio de Duração do Processo na 2ª Instância é o indicador que acompanha o tempo que o TRT6 leva para baixar o processo, estabelecido pela meta que tem como objetivo fomentar a celeridade processual e qualidade da prestação jurisdicional dentro da perspectiva Processos Internos. No período em análise, esse indicador atingiu o patamar de 219 dias de média, onde a meta estabelecida é de 170 dias. Com isso, o percentual de cumprimento ficou abaixo de 80%, atribuindo ao TRT6 o farol vermelho de desempenho, embora tenhamos cravado o menor tempo, ou seja, o melhor índice dentre os Tribunais de porte médio da Justiça do Trabalho, em 2016. Essa dificuldade, para cumprimento da meta, foi observada na grande maioria dos outros Regionais, pois até o momento apenas 04 (quatro) estados da federação atingiram o previsto pela meta. Foi pontuado que a notória elevação no prazo a partir de março de 2017 ocorreu como consequência do trabalho realizado pelos Comitês Regionais do PJe e e-Gestão junto aos gabinetes dos desembargadores, no intuito de orientar os usuários do sistema PJe a realizar o correto lançamento de baixa escritural nos processos eletrônicos (PJe) que efetivamente já haviam baixados no 2º Grau, mas que ainda apareciam como pendentes no sistema e-Gestão. Esse ajuste de inventário virtual favoreceu extremamente o *quantum* de baixa processual que repercute positivamente no IPC-Jus, mas em contrapartida, acabou repercutindo no aumento do prazo médio nesse período.

O TMDP1 - Tempo Médio de Duração do Processo na 1ª Instância afere o tempo em que o processo leva para ser julgado. Essa meta também tem o objetivo de fomentar a celeridade processual e qualidade da prestação jurisdicional dentro da perspectiva Processos Internos. Dentro do período de avaliação, esse indicador alcançou 277 dias de média, onde a meta seria 249 dias. Como no 2ª grau, o nível de dificuldade para alcance dessa meta no 1º grau se repete. Neste grau de jurisdição, apenas 3 estados da federação alcançaram a meta estipulada.

O IPJ – Índice de Processos Julgados tem foco no tema Eficiência Operacional. Esse indicador demonstra a relação entre os solucionados e os distribuídos no mesmo período. O IPJ afere a meta de fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional, esse indicador superou a meta prevista de 90%, alcançando o índice de 101,90%. Em comparação com os demais Regionais do país, observamos que nenhum deles está com grau de cumprimento inferior a 90% e a grande maioria já atingiu a meta prevista. Isso mostra que a redução de 100 para 90 pontos percentuais de cumprimento da meta acabou por favorecer, igualmente, todos os Tribunais.

O IPA – Índice de Processos Antigos foi incluído no planejamento estratégico durante a revisão dos indicadores neste ano. Com meta de cumprimento estabelecida em



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

90%, esse indicador acompanha a meta que visa solucionar os processos mais antigos, com distribuição até 31/12/2015. O desempenho no TRT6, até julho, está em 86,31%, considerada cumprida conforme o rateio mensal estabelecido para meta.

O IACJ1 – Índice de Ações Coletivas Julgadas no 1º grau visa acompanhar a meta de julgamento de pelo menos 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 nesta instância. Também inserida no planejamento estratégico do nosso Regional durante a revisão técnica deste ano, acumula percentual de 93,85%, indicando que permanece abaixo do esperado. A dificuldade de cumprimento desta meta vem da natureza da ação que em sua grande maioria são propostas pelo Ministério Público e entidades de classe visando em uma única ação a defesa do interesse coletivo.

O IACJ2 – Índice de Ações Coletivas Julgadas no 2º grau, também acompanha o desempenho da meta que estabelece o julgamento de pelo menos 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 na instância revisora. Também inserida no planejamento estratégico do nosso Regional já atingiu desde o mês de maio o patamar estabelecido de 100% de cumprimento da meta. Este indicador já vem sendo cumprido pelo Regional deste a instituição da Meta 6 do CNJ.

O IRA – Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes, também incluído na revisão do planejamento deste ano, contempla um grau de cumprimento na ordem de 109,57%, isso levando em consideração o somatório dos dois graus de jurisdição do TRT6. Esse indicador acompanha o desempenho da meta que visa reduzir o acervo dos maiores litigantes na Justiça do trabalho no Estado de Pernambuco, tomando por base o saldo dos processos pendentes das 10 maiores empresas no polo passivo em 31/12/2016.

Em seguida, foi apresentado o painel dos indicadores mostrando a evolução dos índices através da alternância das cores dos faróis. Em 2015, ano inicial do ciclo estratégico, observamos que apenas 05(cinco) indicadores dos 16 estabelecidos, estavam com farol na faixa verde. Já em 2017, a evolução da estratégica aponta para o cumprimento de 08(oito) metas com farol verde, 04 com farol amarelo, 02 com farol cinza (sem apuração) e apenas 02 (duas) com farol vermelho.

Por fim, foi apresentado o mapa estratégico dos TRT6 com o impacto dos seus indicadores e um painel com o cumprimento das Metas Gerais e Específicas estabelecidas pelo CNJ para o ano de 2017.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Assunto:
**PORTFÓLIO PROJETOS ESTRATÉGICOS
TRT6 2015-2020**

Responsável:
**Mancinelli Faustino Vila Nova
Alexsandra Monteiro da Silva
Seção de Projetos Estratégicos**

O Chefe da Seção de Projetos Estratégicos, Mancinelli Faustino Vila Nova, apresentou as principais atualizações na gestão de projetos do Tribunal envolvendo os seguintes tópicos:

1. Revisão da metodologia de gerenciamento de projetos;
2. Adoção da ferramenta eletrônica Trello para monitoramento da gestão de projetos;
3. Remodelagem do processo de monitoramento do portfólio de projetos;
4. Estabelecimento do plano de integração entre metodologias de gestão de projetos de TI e de Engenharia;
5. Desenvolvimento da ferramenta de monitoramento do portfólio de projetos estratégicos – numClick.

A revisão da metodologia envolveu a conversão dos Projetos Estratégicos para Programa Estratégicos. No primeiro momento a premissa que orienta essa transformação é que os Programas Estratégicos tenham a duração do Plano Estratégico, longo prazo, e os Projetos com a duração de até 1 ano.

Principais benefícios: foco no resultado, maior efetividade, maior vascularização das iniciativas, especificidade dos projetos e sinergia funcional. Os processos de execução e monitoramento também foram alterados, sistematizando-os por ordenação temática no agrupamento de programas e projetos, na instituição do representante do patrocinador e nas reuniões temáticas bimestrais.

Consequentemente, as modificações nos processos de gerenciamento foram mapeadas e estão nos fluxogramas atualizados que estão disponíveis para consulta na intranet.

A ferramenta eletrônica Trello foi adaptada à metodologia de gestão de projetos do Regional com seus requisitos e procedimentos.

Em continuidade, Alexsandra Monteiro, Assistente da Seção de Projetos, apresentou a ferramenta de desempenho do portfólio de projetos estratégicos (numClick). Essa ferramenta encontra-se disponível na intranet na Seção da Coordenadoria de Gestão Estratégica e no mapa do site. Ela traz informações online, coletadas a partir do Trello, sobre a situação do portfólio de programas e projetos estratégicos do TRT6. O numClick permite obter dados sobre o progresso dos projetos; a quantidade de projetos no prazo e em atraso; um resumo das informações básicas do projeto, tais como: Gestor; objetivo; pontos de atenção; marcos do projeto e situação,



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

além disso, dispõe de um repositório de lições aprendidas para troca de informações entre os gerentes de projetos e sua equipe e entre o gerente de projetos e outros gerentes.

Assunto:
TRT6 EM NÚMEROS

Responsável:
Maria Terezinha Pimentel de Souza
Chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa

A Chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa, Maria Terezinha Pimentel de Souza, apresentou os principais indicadores de resultados de 2016, construídos a partir dos dados extraídos do Relatório Geral da Justiça do Trabalho/CGJT e do Anuário Justiça em Números/CNJ. Foi desenvolvida uma análise comparativa entre os Regionais de Médio Porte e a média da Justiça do Trabalho.

Inicialmente, foram apresentados os indicadores de resultados do 1º e do 2º Grau de Jurisdição, referentes à Movimentação Processual, Produtividade, Conciliações Realizadas e Prazos Processuais praticados.

Em seguida, foram comentados os destaques do Relatório Justiça em Números, documento publicado, anualmente, pelo Conselho Nacional de Justiça, dando ênfase aos dados de Despesa, Recursos Humanos e o IPC-Jus – Índice de Produtividade Comparada - aos demais Tribunais do mesmo ramo de Justiça.

Dando continuidade à apresentação, foi feita uma síntese dos indicadores de desempenho e apresentados os principais destaques do TRT6.

Síntese dos principais destaques do TRT6, em 2016:

2º Grau

- No 2º Grau, foi registrada uma produtividade (Solucionados/Recebidos) de 95,7%, percentual superior à média dos Tribunais de Médio Porte (88,2%) e à média da Justiça do Trabalho (89,3%);
- O prazo médio praticado pelo TRT6, entre a distribuição e o julgamento das Ações Originárias e Recursais (80,5 dias), foi o menor dentre os Tribunais de Médio Porte, apresentando-se 46 dias abaixo da média da Justiça do Trabalho (126,5 dias);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

- O prazo médio praticado pelo TRT6, entre a sessão de julgamento e a publicação do acórdão (8,3 dias) foi o segundo menor entre os Tribunais de Médio Porte, apresentando-se abaixo da média da Justiça do Trabalho (13,6 dias). Vale lembrar que, em 2010, o CNJ lançou a Meta 4, que tinha como alvo: Lavrar e publicar todos os acórdãos, em até 10 dias, após a sessão de julgamento;
- Para o Tribunal, o prazo decorrido, entre a distribuição e a baixa do processo, foi de 173,8 dias, apresentando-se como o primeiro colocado entre os Regionais de Médio Porte, e, ainda, inferior à média da Justiça do Trabalho (243 dias);
- No 2º Grau, o número de processos solucionados/magistrado (1.697 processos) superou a média da Justiça do Trabalho (1.652).

1º Grau

- No 1º Grau de Jurisdição, foi registrada uma produtividade (Solucionados/Recebidos) de (103,7%), superando a média dos Regionais de Porte Médio (101,1%) e a média da Justiça do Trabalho (98,7%). Esse índice representa a Meta 1 do Poder Judiciário;
- O número de conciliações realizadas pelo TRT6 nas soluções das Ações do Rito Sumaríssimo (50,4%) superou a média observada com os Tribunais de Médio Porte (43,7%) e a média da Justiça do Trabalho (46,0%);
- Com relação aos processos do Rito Ordinário, o TRT6 solucionou cerca de (36,2%) por conciliação, apresentando-se próximo da média dos Tribunais de Médio Porte (36,5%), e da Justiça do Trabalho (36,4%);
- O número de soluções no 1º Grau cresceu 12,32%, no período de 2015/2016, passando de 99.556 soluções, em 2015, para 111.822, em 2016;

Quadro Geral

- Em 2016, no TRT6, a relação entre o número de processos baixados e os novos processos distribuídos alcançou o percentual de 99,67%, superando a média observada no grupo dos Tribunais de Médio Porte (97,13%), superando a média da Justiça do Trabalho (98,37%);
- Em 2016, o TRT da 6ª Região alcançou o índice de 91,1%, colocando-se no quarto lugar entre os Tribunais de Médio Porte, superando a média da Justiça do Trabalho (90%).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

Para concluir, foi apresentado o desempenho do Tribunal, no período de janeiro a julho de 2017, comparativamente ao mesmo período de 2016. Nos sete primeiros meses de 2017, foi demonstrado que houve um recuo de (5,1%) no número de novas ações ajuizadas no 1º Grau, enquanto no 2º Grau, foi observado um incremento da ordem de 17%. Com relação às soluções proferidas, foi observado um incremento de 7,6%, no 1º Grau, e 21,7% no 2º Grau.

Com relação aos processos baixados sobre os novos casos ajuizados, no mesmo período, foi observado um índice de 105,36% no 1º Grau (Conhecimento e Execução) e 103,74% no 2º Grau, totalizando 105,11% para todo o Regional. Esse indicador favorece a composição do próximo IPC-Jus, representando o índice de processos baixados, variável que, segundo o CNJ, melhor representa o fluxo de saída dos processos do Tribunal, sob a perspectiva do jurisdicionado, que aguarda a resolução do conflito. Foi ressaltado, no entanto, que o cálculo do indicador depende de outras variáveis, tais: tramitação processual, despesas realizadas (excluídas realizadas com os servidores inativos, obras e projetos), número de servidores e magistrados.

Assuntos:

- **ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES DO PETIC**
- **PRINCIPAIS ENTREGAS DO 1º. SEMESTRE**

Responsável:

Alessandro Alcides Souza
Chefe da Divisão de Gestão e Governança de TI (DGGovTI)

O Chefe da Divisão de Gestão e Governança de TI iniciou sua participação apresentando o Mapa Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT6, destacando as três perspectivas existentes no mapa, quais sejam: Resultados, Processos Internos e Recursos. Em seguida, apresentou os resultados dos principais indicadores destas três perspectivas.

Começou trazendo os resultados, relativos ao primeiro semestre para os três indicadores: Índice de Satisfação com os Serviços de Tecnologia da Informação (ISUISTI), Índice de Satisfação com os Projetos de Software (ISPS) e Índice de Satisfação com a Sustentação de Sistemas (ISUSS) que são utilizados para monitorar o alcance do objetivo 1 do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC). Salientou-se que as metas dos indicadores ISUISTI e ISUSS foram superadas, já o resultado do indicador ISPS foi muito próximo à meta anual. Acredita-se que com as entregas de projetos de software que serão realizadas no segundo semestre deste ano, será possível alcançar a meta para 2017.

Em seguida, apresentou-se o resultado do indicador Índice de Divulgação das Deliberações de TI, que corresponde ao percentual de atas das reuniões do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC) que são publicadas



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

na intranet. Alessandro Souza destacou que a meta para este indicador foi atingida, visto que 100% das atas do CGovTIC são publicadas na intranet, após o despacho da Presidência do TRT6 na referida ata.

Dando continuidade, o chefe da DGGovTI destacou que a meta para o Indicador de Governança de TI (iGovTI) foi amplamente superada pelo TRT6, uma vez que a meta de 2016 é de alcance do nível Intermediário. Todavia, de acordo com o resultado divulgado pelo TCU, o iGovTI do TRT6 está no nível aprimorado. Graças a evolução do nível básico para o nível aprimorado, o TRT6 recebeu um destaque no âmbito da Justiça do Trabalho.

Ainda na perspectiva Processos Internos, foi apresentada a aferição do Índice de Execução do PDTI que é de 73% no período de janeiro a junho de 2017.

Em seguida, foram apresentados os indicadores relativos à perspectiva Recursos, tema Infraestrutura, que monitoram o Índice de Indisponibilidade Programada do PJe (IIPPJE) que não atingiu a meta de indisponibilidade máxima de 2,5% ao longo do ano. Alessandro Souza esclareceu que a instalação de novas versões do PJe, que ocorre preferencialmente no período do recesso forense e nos feriados/finais de semana é responsável pelo atual índice de 4,42% no primeiro semestre. Já a meta para o Índice de Indisponibilidade Não Programada do PJe (IINPPJE) foi plenamente atingida, uma vez que no 1o semestre de 2017 indisponibilidades desta natureza não chegaram a 1%.

Por fim, foram apresentados os quatro indicadores relativos à execução orçamentária, dos quais se verificou que o Índice de Empenho Orçamentário (IEO) e Índice de Eficiência na Execução Orçamentária (IEEO) superaram as metas do 1o semestre. Já os indicadores Índice de Liquidação Orçamentária (ILO) e Índice de Ações Orçamentárias Efetivadas (IAOE) estão com o farol amarelo, isto é, estão próximos das respectivas metas. Contribuíram para este resultado o contingenciamento orçamentário do início do ano e a espera por processos licitatórios que estão sob a responsabilidade de outros tribunais regionais do trabalho.

Complementando o monitoramento da estratégica de TIC, foram apresentados os três indicadores relacionados com a capacitação dos servidores da STI, que são monitorados pela Escola Judicial. Os três indicadores estão abaixo das metas para o primeiro semestre, contudo destacou-se que diversas ações de capacitação se encontram em processo de contratação.

O chefe da DGGovTI concluiu a sua participação apresentando as principais entregas realizadas pela STI no primeiro semestre: Sistema de Cadastro de Peritos, em atendimento ao disposto na Res. CNJ 233/2016; Sistema de Controle das Execuções Reunidas; Sistema Quer Conciliar 2a. Instância; foram implantados os seguintes sistemas nacionais: Pauta Digital do TRT11, SICOND PJe e foi realizada a migração de dados para



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

o sistema SIGEP. Destacou, ainda, que o TRT6 recebeu o reconhecimento do CSJT como o Regional que mais contribuiu com o aprimoramento do Sistema PJe.

Assunto:
ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Responsável:
**Desembargador Presidente
Ivan de Souza Valença Alves**

Ao final, encerrando o evento, o Desembargador Ivan de Souza Valença Alves agradeceu a presença de todos e acrescentou que a exposição foi bastante esclarecedora, que mesmo diante de cenários adversos entre 2015-2017, verificou-se a evolução no cumprimento das metas. Essas são notícias boas para o Regional, pois todas as vezes que participa de uma reunião desta se orgulha e percebe que o Tribunal é composto por servidores e magistrados comprometidos com nossa missão.


IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES
Desembargador Presidente do TRT da 6ª Região

Coordenação da Reunião


ELISABETE DUARTE DE SOUSA ALVES
Coordenadora de Gestão Estratégica